

ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO: MUDANÇA E PERMANÊNCIA NA OPÇÃO POR UM PROJETO DE VIDA AGROECOLÓGICA DA CLASSE MÉDIA

Anália Meira Spinelli¹
Herick Vazquez Soares²

RESUMO: O presente artigo busca contribuir para os debates acerca das novas dinâmicas da ruralidade e sobre a direção destas transformações a partir do fenômeno de migração das cidades para o campo de indivíduos pertencentes à chamada classe média. Essa tarefa inicia-se pela discussão sobre a classe média nas teorias de análises de classes, avaliando a adequação e possibilidades dos instrumentos analíticos oferecidos por essas teorias para retratar esse grupo social. Feita a construção teórica, busca-se, a partir de entrevistas semiestruturadas, refletir sobre a complexidade do fenômeno de êxodo urbano e da opção pela agroecologia por parte de indivíduos da classe média urbana: aqui chamado de projeto de vida agroecológica. Esse movimento, motivado por uma crítica ao modo de vida urbano, à lógica capitalista de produção e reprodução da vida material, e pela preocupação com o agravamento da questão ambiental, ao mesmo tempo que representa uma grande mudança, também mantém uma cultura e privilégios de classe oriundos da origem social desses indivíduos, cuja combinação reflete crenças de transformação a partir da esfera individual. Apresentados os resultados das entrevistas, o artigo busca refletir sobre como esse processo migratório e a proposta de mudança nele embutida apresentam potencialidades e limitações, bem como a ligação delas com o fato de seus atores serem originários da classe média.

PALAVRAS-CHAVE: Classe média. Agroecologia. Questão ambiental. Êxodo urbano. Neorrural.

¹ Mestre em História Política e bens culturais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RIO). Contato: analia_spinelli@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9206-0304>

² Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: hericksoares@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3904-1200>

BETWEEN THE INDIVIDUAL AND THE COLLECTIVE: CHANGE AND STAY IN THE MIDDLE CLASS AGROECOLOGICAL LIFE PROJECT

ABSTRACT: The present article seeks to contribute to the recent debates about the new dynamics of rurality and about the direction of these transformations based on the recent phenomenon of migration from cities to rural zones of individuals belonging to the so-called middle class. This task begins by discussing the middle class in theories of class analysis, discussing the adequacy and possibilities of the analytical instruments offered by these theories to analyze this social group. Having made this theoretical construction, we seek, based on semi-structured interviews, to reflect on the complexity of the phenomenon of migration from cities to the countryside and the option for agroecology by individuals from the urban middle class: here called the agroecological life project. This movement, motivated by a critique of the urban way of life, the capitalist logic of production and reproduction of material life, disregard for the environment, and the concern with the aggravation of the environmental issue, at the same time as it represents a great change, is also permeated by a culture and some class privileges from the social origin of these individuals, whose combination reflects beliefs of transformation from the individual sphere. After presenting the results of the interviews, the article seeks to reflect on how this migratory process and the proposal for change embedded in its present potentialities and limitations, as well as their connection with the fact that their actors originate from the middle class.

KEYWORDS: Middle class. Agroecology. Environmental issues. Urban exodus. New rural citizens.

ENTRE INDIVIDUAL Y COLECTIVO: CAMBIO Y PERMANENCIA EN EL PROYECTO DE VIDA AGROECOLÓGICA DE LA CLASE MEDIA

RESUMEN: Este artículo busca contribuir a los debates recientes sobre las nuevas dinámicas de la ruralidad y sobre la dirección de estos cambios a partir del reciente fenómeno de la migración desde las ciudades al campo de individuos pertenecientes a la denominada clase media. Esta tarea comienza con la discusión de la clase media

en las teorías de análisis de clases, discutiendo la adecuación y posibilidades de los instrumentos analíticos que ofrecen estas teorías para analizar este grupo social. Realizada esta construcción teórica, buscamos, a partir de entrevistas semiestructuradas, reflexionar sobre la complejidad del fenómeno de la migración de la ciudad al campo y la opción por la agroecología por parte de los individuos de la clase media urbana: aquí denominado proyecto de vida agroecológico. Este movimiento, motivado por una crítica a la lógica capitalista de producción y reproducción de la vida material, el desprecio por el medio ambiente, y la preocupación por el agravamiento de la cuestión ambiental. al mismo tiempo que representa un gran cambio, también está permeado por una cultura y algunos privilegios de clase que vienen del origen social de estos individuos, cuya combinación refleja creencias de transformación desde el ámbito individual. Luego de presentar los resultados de las entrevistas, el artículo busca reflexionar sobre cómo este proceso migratorio y la propuesta de cambio en él incrustada presentan potencialidades y limitaciones, así como su conexión con el hecho de que sus actores provienen de la clase media.

PALABRAS CLAVE: Clase media. Agroecología. Cuestión ambiental. **Éxodo** Urbano. Neorrurales.

INTRODUÇÃO

A partir dos movimentos ecológicos dos anos 1970, nascem algumas variações e desdobramentos de práticas que reavaliam não somente o efeito predatório da expansão capitalista no meio ambiente, como também repensam alguns dos valores da racionalidade moderna e da sociedade burguesa, como a competitividade e o individualismo³. Com grande parte da população mundial aglomerada nas grandes cidades, vem crescendo a percepção segundo a qual a vida urbana contemporânea dificulta a busca por soluções para contornar os efeitos do individualismo e do consumismo extremo (BAUMAN, 2009), em favor de práticas mais colaborativas, aptas a aproximar as pessoas, descentralizar as estruturas produtivas ou desestimular a produção em escala industrial (LÖWY, 2013).

³ Concepções como *ecossocialistas* começam a ser divulgadas no final dos anos 1970, e seus principais pensadores são Manuel Sacristam, Raymond Williams, Rudolf Bahro, André Gorz e James O'Conner. Em 2001, em Vincennes, França, foi lançado o Manifesto Ecosocialista Internacional, por Joel Kovel e Michael Löwy no painel sobre ecologia e socialismo.

Desde o final do século XX, especialmente a partir de 2010, é notório o agravamento de questões ambientais de diversas ordens, com impactos deletérios à saúde humana e geração de externalidades negativas e irreversíveis para o planeta e a sociedade. Esse cenário é ilustrado pelo crescente número de desastres ambientais, adoecimento de populações, poluição de fontes de água, do ar e da agricultura cada vez mais demandante de insumos químicos e venenos em seu processo produtivo (ABRAMOVAY, 2012; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2002; LÖWY, 2013). Além de representar uma forma de viabilidade de reprodução a longo prazo do sistema produtivo vigente, a agroecologia vem se apresentando como uma opção de vida para alguns membros da classe média críticos ao atual modelo econômico, fundamentado na exploração predatória dos recursos naturais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

O termo agroecologia se refere à adoção de um sistema de produção agrícola e/ou de criação de animais, reproduzindo os ciclos naturais do próprio ambiente, com o incentivo à cultura combinada de diversas espécies simultaneamente, ou seja, utilizando os recursos do próprio local e os ciclos de crescimento e reprodução de cada planta para agir como insumo e facilitador no desenvolvimento das demais, sem uso de agrotóxicos ou prática de monocultura (ALTIERI, 2000).

Além de ser uma alternativa produtiva, a agroecologia representa um movimento social, que assume um protagonismo em combater as práticas hegemônicas de produção agrícola no Brasil, suportando a ressignificação da identidade social dos agricultores em processo de transição da agricultura convencional⁴ para o modelo alternativo (BAUER; MESQUITA, 2008). Mais do que uma técnica de alocação dos recursos de produção da pequena propriedade rural, a agroecologia desponta como uma expressão de justiça social, preocupada em melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como em oferecer comida abundante, saudável e produzida de forma respeitosa para toda sociedade.

⁴ Neste artigo, a menção a agricultura convencional está relacionada a utilização predominante de agrotóxicos, aditivos químicos e/ou sementes geneticamente modificadas para melhoria de produtividade.

O modelo de vida e trabalho proposto pelos movimentos agroecológicos propagam um ambiente cooperativo e integrado com a natureza, contrapondo o modelo predominante do capital agroindustrial que dita a forma e o ritmo da produção de alimentos (CANUTO, 2017; LONDRES; MARTINS; PETERSEN, 2017; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; NERY, 2018). Assim, a adoção de práticas agroecológicas, combinada com um estilo de vida de conscientização socioambiental, se coaduna com a urgência de repensar o modelo econômico vigente:

A cooperação social direta, intencional, voluntária e, em grande parte, não mercantil como base da prosperidade é o oposto daquilo que, desde a obra de Adam Smith, mas sobretudo, desde o século XIX, as ciências sociais conceberam como próprio de uma economia em que mercados desempenham papel crucial na alocação de recursos (ABRAMOVAY, 2012, p. 190).

O presente artigo busca discutir o projeto de vida agroecológica pelo qual opta uma parcela dos indivíduos da classe média através de duas frentes: i) apresentação de um breve panorama teórico do estudo da classe média nas teorias de análises de classes sociais e ii) apresentação dos resultados de entrevistas realizadas com indivíduos pertencentes à classe média urbana brasileira que optaram por migrar para o campo e colocar em prática este tipo de projeto.

Nesse sentido, busca-se aqui contribuir para a análise de um nicho da classe média urbana que está fazendo o movimento migração para zonas rurais com a motivação de construir, nesse novo ambiente, uma vida com bases diferentes daquelas de sua vida urbana. Através das entrevistas, a pesquisa buscou dar voz a atores que protagonizam esse processo migratório oriundos das duas principais regiões metropolitanas do país: Rio de Janeiro e São Paulo, bem como construir uma compreensão de seus valores, objetivos, discursos, práticas e lógica de atuação em seu novo espaço a fim de abrir uma discussão sobre as potencialidades e limitações do projeto de vida agroecológico empreendido por indivíduos de classe média.

DAS TEORIAS CLÁSSICAS A BORDIEU: O DEBATE TEÓRICO SOBRE AS CAMADAS MÉDIAS

Na teoria marxista, o conceito de classes se forma a partir de três aspectos: o filosófico, o econômico e o histórico, ou seja, uma abordagem estrutural-funcional e dinâmica (VIANA, 2012). Nesse sentido, a política, as ideologias e a cultura, junto com fatores de ordem econômica são determinantes para o processo de constituição da classe social. Não obstante a complexidade de tais fatores, o pensamento sociológico clássico, vinculado às obras de Karl Marx e Max Weber, atribui às hierarquias de classe um papel essencial na compreensão da sociedade, abrindo espaço para questões teóricas e impasses que demandam uma rediscussão da teoria e da análise de classes dadas as profundas transformações pelas quais passou o capitalismo desde o desenvolvimento delas (ALMADA, 2016).

Na teoria marxista, cujo cerne se desenvolveu ainda na Europa do século XIX, a noção de economia se assenta sobre a organização da produção material, o que explicaria o uso do conceito mesmo para sociedades nas quais não há predominância do mercado. Assim, para Marx, a base econômica da constituição das classes sociais é a relação com os meios de produção (MARX, [1859] 2008). O resultado dessa interação é que as classes sociais não existem de maneira isolada, mas como parte de um sistema de classes, de modo que a distinção e a definição das classes sociais advêm das relações específicas que se estabelecem entre elas, de maneira geral, relações de exploração (MARX; ENGELS, [1848] 2010).

No *Manifesto Comunista* (1848), os autores defendem que as classes constituem um fenômeno quase universal, característico de qualquer sociedade baseada na exploração de uma parte da população pela outra, seja escravismo, feudalismo ou capitalismo. Nessas relações, as camadas intermediárias acabam por surgir numa posição contraditória, já que a dominação de classes não é exercida somente pela classe burguesa, entretanto, age em favor dela (MARX; ENGELS, [1848] 2010). Para tanto, é necessário que as outras classes se iludam e permaneçam com uma consciência de classe confusa. Segundo essa visão, o gerente ou

o burocrata que, por uma *pseudo* condição ético-estética, considera-se capitalista, e se vê como dono dos meios sociais de produção sem sê-lo, absorve uma consciência de uma classe que não é a sua, o que tem influência na sua forma de interação cultural, social, familiar, na sua leitura do mundo, costumes, etc. (MARX; ENGELS, [1848] 2010).

Dada essa contradição, é importante olhar para o conceito de *grupos de status* presentes na obra de Weber, desenvolvida na segunda metade do século XIX. Esses grupos se formam a partir do prestígio e da distinção social e outros valores de nobreza social. Esse conceito contrasta com o de *classe*, designado a partir de um viés puramente econômico, pois os grupos de status podem se ativar a partir de outras fontes de poder, geralmente dados pelo fato de possuírem um determinado estilo de vida e uma cultura própria garantida por elementos de ordem social, como relações familiares, de educação, de amizade e casamento. Ainda assim, Weber (1977) destaca a situação de classe como sendo, de longe, o fator predominante, uma vez que a possibilidade de um estilo de vida esperado dos membros de um grupo de status é normalmente condicionada pela condição econômica.

Weber (1977) também define *classe* sob o ponto de vista econômico, para ele, uma classe reúne um grupo de pessoas que possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida; sendo esse componente advindo de interesses econômicos em comum ligados à posse de bens e oportunidades de rendimentos; via de regra, sob condições específicas do mercado de produtos ou de mercado de trabalho. A partir da lógica weberiana, ainda que a classe social seja conformada a partir da ordem econômica, constitui-se num aspecto relevante da estrutura social. Outrossim, vale mencionar que, mesmo definindo classe por meio de um critério econômico, Em *Classe, status, partido*, Weber (1977) não enfatiza a produção, mas o mercado no qual e pelo qual os indivíduos compartilham as mesmas oportunidades e recursos, que não somente o capital econômico e o trabalho, incluindo outros fatores como habilidades específicas que advêm da experiência e do treinamento profissional.

Desde os anos 1980, a análise de classes vem se defrontando com profundas transformações, sociais, técnicas, e seus impactos na sociedade, no mundo do trabalho e no sistema de classes. Essas transformações

muitas vezes vêm motivando chamados ao desuso das *velhas hierarquias* herdadas da revolução industrial e questionando as teorias marxistas e weberianas. Nesse contexto, o sociólogo Pierre Bourdieu busca, a partir do pensamento clássico, elementos para uma teoria das funções sociais dos bens simbólicos que lhe permita traçar a correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas simbólicas, sem perder de vista a produção e reprodução da vida social.

Bourdieu (2013) trata da importância de se analisar os agentes que ocupam posições semelhantes que, segundo o autor, tendem a ter atitudes e interesses parecidos, bem como tomada de decisões e práticas sociais. A partir dessa lógica, Bourdieu (2013) enfatiza que classe é mais um conjunto de relações do que um grupo social real, de modo que é necessário romper com a substância e privilegiar as relações. Além disso, é necessário romper com o economicismo passando a considerar o espaço multidimensional e privilegiando as lutas simbólicas nos mais diferentes campos.

Segundo Bourdieu (2013), as relações de desigualdade de aprendizado no ambiente acadêmico não podem ser completamente explicadas pela desigualdade econômica; entre o poder aquisitivo e o desempenho escolar existe uma diferença de construção de elementos simbólicos que são herdados inconscientemente, compondo o chamado “capital cultural”, como pode ser exemplificado através dos valores éticos e culturais; do modo de fazer e lidar com as situações cotidianas; ou das disposições pessoais de como agir.

Estendendo a discussão de Bourdieu (2013) para além da transferência de capital cultural entre as classes (dominantes ou dominadas) e gerações, ele definiu o “capital simbólico”, como um recurso subjetivo de reconhecimento individual sobre o pertencimento a determinado grupo social. Para ele, os grupos sociais seriam definidos por duas dimensões conceituais e com mecanismos de identificação independentes: primeiro a partir do critério objetivo de distribuição material (capital, propriedades, recursos, etc.), e segundo, derivado da objetividade das representações, produzidas pelos agentes a partir de um conhecimento prático das classificações (estilo de vida).

As classificações simbólicas dos agentes são adquiridas nas relações sociais e dependem de interpretação dentro de uma lógica específica conhecida. Assim, são criados símbolos de distinção, ou seja, signos de reconhecimento que transformam capital material em capital simbólico. Esta forma de identificação pode ser traduzida pela propriedade de algum ativo ou simplesmente pela prática comportamental, sendo percebida socialmente como uma forma de distinção (Bourdieu, 2013).

Bourdieu (2013) constrói sua análise em um contexto socioeconômico e histórico bem diferente das teorias clássicas, no qual as profundas transformações do capitalismo ao longo do século XX complexificaram a sociedade de classes. Contudo, nota-se em sua obra elementos importantes das teorias clássicas, evidenciando que o autor não busca invalidá-las, mas construir novas reflexões a partir de lacunas explicativas deixadas por essas teorias, bem como pelas transformações socioeconômicas e históricas. O autor não desconsidera o fato de as classes terem origem na ordem econômica, contudo, sua ênfase analítica não está na esfera de produção, mas sim no espaço social no qual os indivíduos compartilham recursos, concepções e vivências para além de capital e trabalho.

Ainda que possuam uma realidade diferente das classes mais abastadas, é possível afirmar que a classe média possui alguns privilégios de oportunidades. Munida de capital econômico, quanto habilidade individual, a classe média brasileira passa a ser resultado de um processo histórico de assimilação ou apropriação de capital cultural, que pode ser exemplificado como a capacidade de reter ou gerar conhecimento técnico, escolar, político e ético (WRIGHT, 2015).

O desafio da análise teórica das camadas médias, aqui designadas como classe média, demonstra as complexidades histórica e sociológica engendradas pela história, cujo desenrolar não pede licença às teorias. Nesse sentido, para a compreensão da classe média, faz-se necessária a mobilização de diferentes matrizes teóricas em cotejamento com a realidade histórica, cujo resultado não deve se basear na busca por respostas definitivas e totalizantes, porém na abertura de um debate franco e aberto.

Esse debate visa a superação da aceção de classe baseada somente em faixas de renda e a negação das novas realidades com base apenas num lugar econômico ou de consciência de classes. Não se pretende aqui invalidar a tese das classes sociais. O pertencimento a uma classe é que determina de forma antecipada o privilégio do acesso à educação, cultura, formação cultural, profissional. Negar a existência das classes é encobrir o sistema que permite a reprodução de uma realidade injusta, na qual direitos básicos foram convertidos em privilégios. Sem a pretensão de encerrar ou obstruir o debate acerca das camadas médias nas análises de classes consideramos existir uma classe, a qual denominamos como classe média, cuja compreensão passa necessariamente por elementos de origem sociocultural e simbólicos que formam uma cultura de classe específica desse grupo, como acesso a determinados espaços de formação que permitem ascensão social, gostos, hábitos de sociabilização, etc.

A partir da experiência dos indivíduos que optaram pela migração e pelo projeto de vida agroecológico, nota-se que setores da classe média se encontram diante de um dilema: trabalhar incansavelmente para copiar o modelo de vida das classes superiores; ou buscar um equilíbrio entre trabalho e bem-estar e alcançar o que julguem ser melhor para si. Na busca por esse equilíbrio, integrantes da classe média optam pela migração para o campo e por um projeto de produção rural agroecológica. Contudo, apesar da opção por técnicas e estratégias produtivas oriundas da agroecologia, nota-se que a atuação por transformações sociais coletivas, a democratização do acesso à terra, dentre outras questões caras à agroecologia e que vão além das porteiras das chácaras ou sítios desses indivíduos, ficam em segundo plano. Essa contradição, evidencia a permanência da busca por saídas baseadas no esforço individual e na baixa penetração de formas comunitárias de vivência na mentalidade da contraditória classe média.

A OPÇÃO DE UMA VIDA AGROECOLÓGICA PARA CLASSE MÉDIA URBANA

Em meio à estressante vida urbana, observa-se surgirem anseios de pessoas que desejam mudar a sua rotina, vislumbrando a possibilidade de migrar para o campo com a proposta de exercer um projeto de vida agroecológica. Desta forma, para alguns indivíduos originários da classe média urbana, a vivência agroecológica se apresenta como símbolo de distinção perante a seu estrato social, a medida que escolhem romper com o senso comum de elevado padrão de consumo e optam por um estilo de vida mais simples e que passa por fora da lógica hegemônica da busca por enriquecimento e constante ascensão profissional.

No entanto, este mesmo ambiente rural que tem atraído migrantes urbanos, em especial aos de classe média, tem sofrido grandes transformações sociais, com a ressignificação e revalorização do trabalho agrícola, através da transição agroecológica de agricultores convencionais. As mudanças socioeconômicas no campo não podem ser pensadas sem compreender o movimento agroecológico em curso e a chegada dos “neorrurais” (BAUER; MESQUITA, 2008; CARNEIRO, 1998; GIULIANI, 1990). O termo neorrural será empregado para denominar indivíduos que se estabelecem nas atividades rurais sendo originários do meio urbano, como podemos enquadrar os adeptos do mencionado projeto de vida agroecológica.

No cenário brasileiro, a maior parte da agricultura orgânica e agroecológica é originária de pequenos produtores⁵. No início dos anos 2000, muitos movimentos sociais passaram a se articular para difundir conhecimento e práticas agrícolas que valorizavam a estrutura de produção familiar, com o resgate de conhecimentos camponeses e o incentivo à adoção de técnicas agroecológicas⁶ (FONTOURA; NAVES, 2016).

⁵ A produção familiar de alimentos no Brasil sempre foi destinada ao mercado de consumo interno e intensificada, no final do século XIX, pelo processo de imigração europeu, especialmente na região sul (BAUER; MESQUITA, 2008). Até hoje, a agricultura familiar é responsável pela maior parte da alimentação dos brasileiros, fornecendo principalmente arroz, feijão, mandioca, milho, frutíferas, hortaliças, além de produtos originários da pecuária leiteira, do gado de corte, de caprinos e ovinos (BRASIL, 2017).

⁶ Como exemplo, pode ser citado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

A agroecologia é considerada uma das práticas de agricultura alternativa com maior preocupação social, uma vez que não se limita à aplicação de técnicas agrícolas ecológicas exclusivamente na produção de bens de consumo, estendendo o conceito de sustentabilidade às relações sociais que permeiam a cadeia de consumo e produção. Sua visão de sustentabilidade não engloba somente a responsabilidade ambiental, incorpora também o debate de políticas públicas e viabilidade econômica, com a perspectiva de conquistar: relações comerciais incluídas; equidade social; condições dignas de trabalho; e vínculo entre produtores e consumidores, de forma que haja troca de vivência e saberes entre estes agentes sociais. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; BERNAL; MARTINS, 2015; LONDRES; MARTINS; PETERSEN, 2017)

Neste contexto, o agricultor agroecológico se posiciona social, política e historicamente em favor da luta para manter seu sustento sem deteriorar sua íntima relação entre cultura e natureza. Esse indivíduo se utiliza de práticas como cuidado no manejo do solo, reaproveitamento da água, reutilização de resíduos para a alimentação de animais e, fundamentalmente, valoriza os processos de troca e ajuda comunitária. Os migrantes urbanos de classe média chegam ao campo, também incentivados pela agroecologia e por suas práticas sustentáveis de produção agrícola, entretanto, suas aspirações em relação a este novo estilo de vida se apresentam de forma distinta das populações originárias do campo, expondo a diferença de posicionamento político entre as classes sociais (SPINELLI, 2020).

Até os anos 1960, o contagiante ânimo da produção industrial e a expectativa de globalização da economia mundial pareciam desenhar o fim das especificidades do campo, acreditando que estas seriam completamente substituídas pelos recursos oferecidos pela cidade⁷ (CARNEIRO, 1998; GIULIANI, 1990). Na década de 1970, um dos efeitos das mudanças

um dos principais responsáveis pela luta por reforma agrária no Brasil, que se repositou ideologicamente em favor da agroecologia a partir dos anos 2000 (BORSATTO; CARMO, 2014).

⁷ Entre 1960 e 1970, existia uma perspectiva de que o rural seria sobreposto pelo urbano, pensada a partir da dualidade entre seus agentes sociais e pré-estabelecida por suas relações de trabalho e modo de viver, enquadrando cada qual em categorias simbólicas constituídas por suas representações sociais (CARNEIRO, 1998).

culturais herdadas dos movimentos sociais de 1968 foi o revigoreamento de valores aparentemente extintos, associados a uma forma de viver pré-capitalista ou remetentes a comunidades ditas tradicionais, como de camponeses, artesãos, pescadores ou indígenas. O denominado neorruralismo difundia o ideal de retomada a um estilo de vida no campo, com o intuito de valorizar o velho mundo rural, fortalecer as relações pessoais, simplificar o cotidiano, e incentivar trabalhos manuais, ou seja, revalorizar características atípicas ao universo citadino (GIULIANI, 1990).

Embora as motivações dos migrantes possam ser semelhantes, existe grande heterogeneidade no modo de viver e no estabelecimento de suas novas atividades econômicas adaptadas ao campo. Para avançar nas interpretações propostas por este artigo, foi realizada uma série de entrevistas majoritariamente durante o ano de 2020⁸, baseadas em diálogos individuais com pessoas de classe média urbana, que se dispuseram a migrar para o campo em busca de melhoria de suas relações sociais e reconexão com o meio ambiente, através da agroecologia.

As conversas foram realizadas de forma voluntária, baseadas em questionário semiestruturado⁹, de forma a direcionar as perguntas, porém com espaço para que a vivência pessoal dos entrevistados pudesse ser registrada. A maior expectativa em relação às entrevistas era conseguir identificar o quanto os entrevistados entendem ou percebem seus privilégios, financeiros e/ou culturais, os quais garantem a oportunidade de se diferenciar socialmente e se afastar do senso comum de elevado padrão de consumo no meio urbano.

Sem ambição de fazer um trabalho estatístico ou extrapolar os dados para abranger o restante da população brasileira, foram eleitos onze entrevistados, considerando que suas experiências de vida auxiliariam em

⁸ A maior parte das entrevistas foi realizada entre julho e agosto de 2020, durante o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Por esta razão, parte das entrevistas foi conduzida por videoconferência ou por telefone, sem afetar o resultado final alcançado. O material também foi utilizado como base de pesquisa para a defesa do título de mestre, conferido à autora, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola Superior de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV).

⁹ Estruturado em duas partes: primeira com perguntas objetivas de identificação do entrevistado; segunda com perguntas orientadas aos temas de interesse dos autores.

uma análise qualitativa de como os grupos migrantes estão se formando¹⁰. O Quadro 1, os organiza a partir de algumas características pessoais e indica na coluna *Referência* como serão mencionados ao longo do texto:

Quadro 1. Apresentação dos entrevistados

#	Referência	Sexo	Escolaridade	Formação	Início da migração
1	Professor de sociologia, 32 anos	Masculino	Superior completo, mestrado	Ciências sociais, permacultura	2008
2	Consultora de ecoturismo, 28 anos	Feminino	Superior completo	Administração de empresas	2013
3	Cenógrafo e gestor público, 43 anos	Masculino	Superior completo, pós-graduação	Cenografia, gestão pública	2008
4	Bióloga, 28 anos	Feminino	Superior completo, pós-graduação	Biologia, agroecologia (em curso)	2015
5	Músico e professor, 26 anos	Masculino	Superior incompleto	Jornalismo, audiovisual	2020
6	Estudante universitário, 29 anos	Masculino	Superior incompleto	Artes visuais	2013
7	Professor de jornalismo, 49 anos	Masculino	Superior completo, doutorado	Jornalismo	2008
8	Jornalista, 42 anos	Feminino	Superior completo, pós-graduação	Jornalismo, agroecologia	2002
9	Consultor de políticas ambientais, 44 anos	Masculino	Superior completo, pós-graduação	Ciências sociais	2001
10	Médico veterinário, 55 anos	Masculino	Superior completo, pós-graduação	Medicina veterinária, homeopatia	1985
11	Professor de educação física, 34 anos	Masculino	Superior completo, pós-graduação	Educação física	2009

Fonte: Elaboração própria.

¹⁰ A quantidade de entrevistas foi influenciada pelas restrições do isolamento social, consequência da pandemia de COVID-19, no entanto, os autores consideram que mesmo com o baixo alcance de entrevistas os resultados são relevantes e podem servir como motivador para estudos acadêmicos futuros.

O principal critério de seleção para as entrevistas foi a escolha de indivíduos que se declaram originários da vida urbana e que, mesmo preparados para replicarem as posições de status profissional e de estilo de vida da classe média, decidiram espontaneamente viver no campo com uma proposta de vida agroecológica. Apesar de não fazerem parte de qualquer grupo migrante, os pesquisadores têm uma convivência muito próxima ao ciclo social dos interlocutores selecionados, assim as entrevistas foram agendadas a partir de contatos e indicações de suas próprias redes sociais.

Por esta razão, nota-se uma concentração dos entrevistados nos estados do Sudeste, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo. Suas movimentações se deram com grande evidência entre as metrópoles e cidades do interior com alguma vocação agrícola ou climática favorável ao desenvolvimento de agricultura, como as cidades de Miguel Pereira/RJ e Araraquara/SP.

O Quadro 2 confronta as ocupações anteriores com as novas atividades dos neorrurais entrevistados, bem como seus locais de residência nos dois momentos. Tanto a formação acadêmica, quanto suas profissões urbanas revelam um perfil aderente às funções intermediárias da estrutura de classe, ocupadas tipicamente pelas camadas médias (HOLANDA, 1995; MELLO; NOVAIS, 2000; MILLS, 1969; POCHMANN, 2014; SOUZA, 2010;), as quais não são detentoras de capital, no entanto trabalham para garantir sua reprodução.

Quadro 2. Comparação entre situação antes e depois da migração dos entrevistados

#	Ocupação anterior	Ocupação atual	Residência anterior	Residência atual
1	Pesquisador, professor secundário de sociologia	Educador, permacultor, ecologista, gestor de entidade ambientalista e agricultor urbano, praticante de agricultura de subsistência	São Carlos/SP	São Carlos/SP
2	Consultora de ecoturismo	Comunicador socioambiental via mídias sociais	São Paulo/SP	Araraquara/SP
3	Gestor público	Responsável por sítio em adaptação agroecológica, praticante de agricultura de subsistência	Rio de Janeiro/RJ	Miguel Pereira/RJ
4	Estudante universitária	Pós-graduanda, praticante de agricultura de subsistência	Friburgo/RJ	Miguel Pereira/RJ
5	Músico, professor de música	*	Caxias/RJ	Miguel Pereira/RJ
6	Estudante universitário	Comunicador socioambiental via mídias sociais, responsável por sítio em adaptação agroecológica, praticante de agricultura de subsistência	São Paulo/SP	Araraquara/SP
7	Professor universitário	Promotor de cursos e eventos educacionais relacionados à permacultura, bioconstrução e agroecologia, administrador de sítio permacultural, praticante de agricultura de subsistência	São Paulo/SP	Piracaia/SP
8	Jornalista	Produtora de café, fornecedora de cestas orgânicas, praticante de agricultura de subsistência	Rio de Janeiro/RJ	Caxambu/MG
9	Consultor de políticas ambientais	Promotor de criação de negócios socioambientais com arranjos produtivos de cooperação, gestor de sistema de compras on-line de produtos de origem agroecológica	Santo André/SP	Brasília/DF
10	*	Produtor de produtos alimentícios orgânicos (cultivo e processamento)	*	Ouro Fino/MG
11	Professor primário	Professor primário, responsável por sítio em adaptação agroecológica, praticante de agricultura de subsistência, fornecedor de cestas orgânicas	Rio de Janeiro/RJ	Miguel Pereira/RJ

Fonte: Elaboração própria.

A primeira parte das entrevistas seguiu um roteiro com questões objetivas, resultando nos dados apresentados nos quadros 1 e 2. Na sequência, optou-se por conduzir a segunda parte das entrevistas estimulando uma fala mais livre, quando o entrevistado teve a oportunidade de contar sua experiência com a agroecologia, sem estar limitado por uma questão específica.

Ao final da entrevista, os entrevistadores apenas verificavam se todas as questões apresentadas no quadro 3 haviam sido cobertas, e caso alguma não tivesse sido discutida pelo entrevistado, era feita a pergunta diretamente, a fim de fechar todos pontos de interesse da pesquisa e coletar o mesmo tipo de conteúdo para todos.

Quadro 3. Questões orientadas a condução das entrevistas para suporte dos autores

#	Questões orientadoras
1	Você se considera um migrante da cidade para o campo?
2	Há quanto tempo fez o processo de migração?
3	Qual é a sua principal motivação para a migração?
4	Como teve contato com a opção de vida voltada para um projeto agroecológico?
5	Qual é a sua definição de agroecologia?
6	Como entende a agroecologia como representação de um movimento social?
7	Qual é a sua relação (se houver) com os agricultores familiares da região?
8	Consegue viver exclusivamente dos rendimentos de sua atividade econômica relacionada à agroecologia?
9	Quais são as principais mudanças que percebe no seu estilo de vida?
10	Tem algo na vida urbana que lhe parece melhor do que as opções encontradas no campo?
11	Você considera ter alguma vantagem (financeira, intelectual, social) em relação aos agricultores já estabelecidos no campo?
12	Como o movimento de agroecologia se sustenta, perante ao agronegócio?

Fonte: Elaboração própria

Alguns trechos dos relatos foram transcritos para caracterizar os resultados considerados mais relevantes, organizadas por temas que ajudam a compreender as razões pelas quais membros da classe média urbana escolhem migrar para o campo e como se sentem durante e após a migração. Suas expectativas em relação ao futuro instigam a crítica sobre o posicionamento político da classe média, perante as questões sociais e à crise ambiental.

Motivação para a mudança

De forma unânime os entrevistados declararam perceber uma degradação da qualidade de vida na cidade e a capacidade do cotidiano urbano de minar iniciativas de autonomia individual na construção do bem-estar pessoal, limitando a criatividade e o desenvolvimento de habilidades para execução de tarefas simples. Este sentimento foi exemplificado, pelo abandono do ser humano na produção e preparação do seu próprio alimento, e ainda pela perda completa de sua competência para planejar, construir ou simplesmente manter sua própria moradia.

O elevado patamar de gastos requisitados na cidade também foi citado como uma questão central para a busca de alternativas. Precisar consumir muito e comprar “qualidade de vida” implica em uma evidente troca de tempo por dinheiro; dinheiro este que nunca parece ser suficiente para uma vida plena na cidade, especialmente quando a alienação do trabalho passa a incomodar e a pessoa percebe não ter prazer em suas ocupações diárias.

Existe ainda uma percepção sobre a restrição e a superficialidade das relações sociais, também consequência das circunstâncias de perda de autonomia e terceirização de bens e serviços, fazendo com que o vínculo com o outro seja, em grande parte, mediado por dinheiro e não por cooperação.

No imaginário da população urbana, a ascensão social está completamente vinculada ao sucesso no trabalho, sempre na esperança de ganhar e se inserir em nível de consumo mais elevado. Existem poucas possibilidades de se desvincular das relações de trabalho e do

enriquecimento, estabelecidos pelo capitalismo, de modo que a viabilidade de emancipação pessoal e de autossuficiência são mínimas.

O sintoma de insatisfação com a venda do próprio trabalho provoca o julgamento sobre o valor do consumo de cada bem e serviço adquiridos, ponderado por uma equação na qual tempo despendido e perspectiva futura de romper com este ciclo vicioso impulsionam a revisão das necessidades materiais. Os entrevistados citaram ser imprescindível diminuir a quantidade de produtos e serviços adquiridos do mercado convencional por meio de trocas monetárias, de forma que seja possível destinar seu tempo de trabalho ao cultivo do respectivo sustento e ao aprendizado de novas funções para diminuir sua dependência de terceiros.

O trabalho é elemento importante para os entrevistados. Durante os diálogos estabelecidos, ficou evidente que não existe a ambição de encontrar no campo uma vida mais fácil do que na cidade. A mudança tem como princípio a manutenção de uma rotina ativa e produtiva, e não um caráter de aposentadoria ou de buscar viver de rendimentos previamente acumulados com a intenção de praticar apenas *hobbies*.

[...] Porque não é sobre o ficar rico, né? “Vou ficar rico” é uma ilusão, que a gente alimenta muito, por exemplo, quando a gente tá na cidade, apertadinho num lugar, e aí, e aí você pensa assim: “aí, mas e minha família, e o meu futuro, vai ser sempre reclamando disto daí? E aí os filhos e filhas, e as gerações que vêm, será, pô, que vai ser legal eles reproduzirem isso que eu tô vivendo?” (Músico e professor, 26 anos, planejando a migração).

Essencialmente, o desejo de conquistar a liberdade para escolher *para quem e para que* trabalhar é um dos principais impulsionadores da transição. Portanto, esta conscientização sobre o desperdício de tempo de trabalho individual e, conseqüentemente, tempo de vida em troca de um bom emprego na cidade vai se apresentando como um traço de distinção entre a classe média e as classes adjacentes inferiores, para as quais, muitas vezes, a vida material se impõe às questões subjetivas do ser humano. A pobreza ou falta de acesso a bens materiais motiva uma inserção no

mercado de trabalho com foco remuneratório, com o objetivo de suprir necessidades básicas ligadas ao consumo. Nesse contexto, subjetividades como vocação, sentido do trabalho, papel no mundo muitas vezes se perdem em nome da sobrevivência.

Ao reunir estes questionamentos sobre o sistema produtivo e o estilo de vida oferecido, acredita-se que o processo de migração seja despertado por um aporte cultural e intelectual observado nos indivíduos originários da classe média entrevistados, os quais parecem suportar a tomada de consciência de si e promover a inquietação sobre a ordinária rotina urbana, chegando à decisão pessoal de adotar um estilo de vida em que a ideia de consumir não está essencialmente ligada ao bem-estar.

Consciência ecológica

No grupo entrevistado, os debates sobre o futuro das relações capitalistas e a sustentabilidade do seu modo de reprodução são abordados com bastante desenvoltura. É notório o quanto essa abordagem sobre as consequências ambientais do modelo consumista é um tema prioritário entre eles, ou seja, a condição econômica e mais confortável do estilo de vida da classe média abre espaço para esse sentimento de preocupação com suas escolhas individuais e para a proposta de mudanças em seu comportamento.

[...] É interessante como esta questão ecológica acabou sendo identificada, né? Com a classe média, como algo que não é tão imediato, como outras pautas, só que ao mesmo tempo, e esta é a perspectiva em que eu trabalho da ecologia e do meio ambiente, né? A questão ambiental, ela afeta mais diretamente as pessoas mais pobres, né? As pessoas que não têm condições de ter um entorno arborizado, não têm saneamento básico, não têm acesso a uma alimentação saudável, então, no fim, ela tem um recorte de classe muito claro. É... o lance é que as pessoas mais vulneráveis nem têm opção, né? De pensar em morar num bairro mais arborizado (Professor de sociologia, 32 anos, migrado).

Sob a perspectiva individual, a evolução e o amadurecimento da consciência ecológica ocorreram de maneiras distintas para cada um dos entrevistados, embora todos reconheçam algum marco determinante que os levou a entender que o sentimento de desajuste em relação à vida urbana poderia ser contornado com uma aproximação da natureza. Todos relatam que antes mesmo da decisão de mudar para o campo, percebiam uma identificação e um sentimento de bem-estar quando estavam em áreas mais rurais ou em parques ecológicos, no entanto, estes eventos ocorriam de forma esporádica, limitados aos momentos de lazer.

O ponto de virada reportado está muito relacionado à compreensão de que poderiam transferir suas atividades cotidianas para o campo e de que existiam alternativas à forma de trabalho/consumo estipulada pela cidade, abrindo a possibilidade de conciliar um equilíbrio pessoal com práticas sustentáveis e respeitadas na intervenção humana ao meio ambiente.

A gente tem uma reconciliação com a nossa trajetória e com nossos conhecimentos, e com a nossa identidade. Aí, essa reconciliação, ela tem: uma reconciliação com o conhecimento, com a inteligência, mas ela carrega agora outros valores e outros princípios, que vão nortear, que é aquilo que eu falei lá atrás, que é a vinculação com a natureza, é tudo isto, a serviço da natureza, é tudo isso a serviço da regeneração (Consultor de políticas ambientais, 44 anos, migrado).

Apesar de serem todos adultos, a escolha de mudar para o campo os atingiu em momentos de vida e idade distintos. Para aqueles que nasceram até a década de 1970, a maioria chegou a consolidar uma carreira profissional na cidade, como jornalista, gestor público ou professor, e a escolha de migrar para o campo representou, realmente, a ação de abrir mão de uma renda mais elevada e de um ciclo social previamente construído por relações familiares e de trabalho. Para os mais jovens, ficou evidente que o contato com a causa ecológica foi mais precoce e, mesmo sendo todos universitários e preparados para reproduzir a lógica capitalista reservada à classe média, optaram por não seguir os moldes de

seus pais e iniciaram o processo de transição para o campo antes mesmo de se estabelecerem profissionalmente na cidade. Outro aspecto apontado como determinante para a decisão de optar por uma vida mais simples, longe da cidade, é o aprendizado sobre métodos que fazem o indivíduo perceber que ele é capaz de criar uma certa independência do mercado consumidor e, conseqüentemente, não ser obrigado a trabalhar tanto para manter um padrão de vida socialmente estabelecido.

A cooperação social está no centro da proposta de uma vida ecologicamente sustentável, diferente da maneira competitiva e ambiciosa delineada pela lógica capitalista. Existe uma preocupação, tanto na interação do indivíduo com a natureza, quanto na tentativa de garantir que as relações humanas também se reproduzam de forma saudável e não destrutiva ao meio ambiente. Desse modo, arranjos produtivos sustentáveis tratam de uma economia compartilhada e trocas de conhecimento não intermediadas exclusivamente por valores monetários.

Reconhecimento de classe e privilégios

Ao longo das entrevistas, notou-se que os entrevistados se sentiam incomodados por terem a sua origem associada à classe média urbana, e sempre pediam uma melhor conceituação sobre o que estava sendo considerado como *classe média*. De fato, se fosse utilizado somente o quesito renda anterior à transição, nem todos estariam enquadrados, porém, quando acrescentadas as dimensões culturais e os valores simbólicos, eles acabavam concordando sobre terem sido constituídos socialmente para reproduzir a classe média capitalista. Nesse ponto, ressalta-se a importância do referencial teórico de Bourdieu, através do qual foi possível fazer tal reflexão que não só ajudou a construir a base teórica do artigo, como também auxiliou na conversa com os entrevistados. O estranhamento por parte dos entrevistados traz consigo importantes elementos teóricos discutidos anteriormente: a maioria associa *ser de classe média* a uma subordinação ao capital, uma posição em que, através do trabalho mais qualificado busca-se uma distinção social em relação às classes trabalhadoras, através de um padrão de vida que imita o da classe dominante.

O grupo entrevistado sente orgulho em afirmar que qualidade de vida não é sinônimo de consumo e, nesta particularidade, reconhecem uma distinção de comportamento em relação ao meio social no qual estavam inseridos, por isso o desconforto de serem caracterizados como “classe média”. Com o intuito de produzir o que consomem, aprendem como fazer processos completos de produção, se propõem a exercer trabalho manual ou braçal sem o preconceito que associa esses trabalhos às classes sociais inferiores.

No aspecto relacionado a ter a identidade como sinônimo de profissão, a transição também provoca a revisão do autorreconhecimento sobre o seu lugar social. Na etapa de classificação do perfil socioeconômico dos entrevistados, existia uma pergunta direta sobre a profissão de cada um, antes e depois da migração. As respostas sobre sua ocupação pré-migração eram sempre objetivas e pontuais, totalmente definidas por sua fonte de renda. Porém, quando questionados sobre como se definiam atualmente, houve muita dificuldade de especificar.

[...] Porque eu tô considerando como atividade econômica aquilo que me traz retorno financeiro, a minha principal atividade, o que eu faço todos os dias, não me dá retorno financeiro, que é cuidar do sítio, então, eu trabalho com agricultura de subsistência, eu produzo meu alimento, eu produzo minhas coisas aqui. É, eu passo meus dias, a maior parte da minha atividade fazendo gerenciamento das atividades do sítio, então eu construo, eu administro as reformas aqui, cuido da parte de manutenção, só que isso não me repercute em dinheiro diretamente, então tem esta contradição, aquilo que me traz dinheiro não é minha principal atividade em termos de dispêndio de energia (Professor de jornalismo, 49 anos, migrado).

É como se seus ofícios anteriores de jornalista, professor, gestor público, entre outras, comumente utilizadas como forma de identidade social, não fossem mais capazes de definir sua nova relação com o trabalho. Apesar de dizer com satisfação que agora são agricultores, essa definição

parece não representar tudo o que praticam, principalmente por não haver mais uma implicação direta entre tempo despendido de trabalho e retorno financeiro. Não serem reconhecidos por sua atividade econômica e sim pela sua atitude perante a vida é justamente o que buscam na escolha de uma mudança para o campo.

Os entrevistados dizem não pertencer mais à cidade, se sentem bem no campo e no cotidiano de atividades agrícolas, ainda assim, sua chegada ao ambiente agrário vem carregada de hábitos, símbolos e privilégios. Em relação aos privilégios, são evidentes os financeiros, os culturais e os sociais. De todos os entrevistados, somente um casal se declarou sem acesso à terra própria; todos os demais se estabeleceram em propriedades que eram pertencentes à família, ou foram adquiridas com capital financeiro acumulado em suas profissões anteriores. A propriedade dos bens de produção, especialmente da terra, é determinante no planejamento do futuro e na viabilidade da migração com segurança financeira, mesmo que não exista a ambição de enriquecimento.

A discussão sobre a reforma agrária, umas das pautas fundamentais dos movimentos sociais agroecológicos, foi colocada somente por uma das pessoas entrevistadas, evidenciando não ser uma questão primária para o grupo selecionado. Os custos de manutenção da propriedade também são elevados, logo, para conquistar autonomia no campo, o orçamento destes neorrurais sempre considera a necessidade de renda suficiente para cobrir os gastos pessoais, reconhecidamente mais baixos do que os patamares urbanos, e outros com benfeitorias e aquisição de insumos para garantir a continuidade da produção.

A adoção da prática de produção ecologicamente equilibrada também é beneficiada pela condição financeira dos entrevistados, uma vez que a adaptação da propriedade para produção sem aditivos químicos é mais lenta, demandando mais tempo de trabalho na terra e espera pelos ciclos naturais de produção. Durante este período de transição, a renda mensal é complementada com origens diversas, muitas delas ainda vinculadas às ocupações urbanas anteriores.

Neste ponto, vale destacar duas reflexões sobre os privilégios de classe. Por um lado, há indivíduos profissionalmente preparados para

exercer atividades intelectuais, que podem ser adaptadas de forma remota ou virtual, ocupando parte do seu tempo e facilitando a realização de uma transição suave, sem necessidade de uma ruptura de renda imediata. Por outro, é a sua rede social, constituída por demais membros da classe média urbana, que se apresenta como consumidores de novos produtos e serviços, gerados a partir deste processo de migração. Exemplos disso são: trabalhos de consultoria; aulas lecionadas remotamente por meios virtuais; comunicação socioambiental via mídia sociais; produção de alimentos de ciclo curto, como a horticultura, para venda de cestas orgânicas ao público urbano; e adaptação da propriedade para turismo ou como escola de educação ambiental.

A gente teve subsídio da cidade, o subsídio da nossa escolaridade, o subsídio do nosso conhecimento prévio pra poder fazer a primeira etapa de transição. Sem isto, seria muito difícil. (Consultor de políticas ambientais, 44 anos, migrado).

A condição de ser originário de uma classe média urbana, de certa forma, credencia a permanência deste indivíduo em sua nova vida no campo, uma vez que sua rede social será determinante na garantia de renda complementar, seja por meio de serviços remotos ou da aquisição de produtos gerados na roça, especialmente no início do processo de transição.

Relações Cooperativas

A busca por um modelo de vida sustentável se expande para além da esfera ambiental e alcança a concepção das relações comerciais e de trabalho, além da inserção do indivíduo em uma rede comunitária. O suporte necessário pode ser encontrado na organização do trabalho em cooperativas, ou em cooperação, como eles preferem se referenciar. Esse tipo de arranjo produtivo, no qual o lucro e a acumulação ilimitada de capital não movem ambição individual, propõe uma economia compartilhada,

organizada em negócios socioambientais, com conscientização de que a natureza não deve ser manipulada somente como recurso infinito. Na verdade, com esta lógica, a atuação humana, de forma respeitosa, pode se tornar um organismo de reprodução, sem necessidade de destruição.

[...] O desenvolvimento sustentável, que na verdade é uma falácia, né? E aí, muita gente vê de fato nisso um nicho de mercado e de fato é, né? Quando você mora em um país, né, onde, né, as autoridades afirmam que os pobres têm que comer comida envenenada porque é o único jeito que você tem de plantar, você cria um nicho de mercado para comida sem veneno para quem pode pagar (Professor de sociologia, 32 anos, migrado).

A comunicação socioambiental é um fator decisivo no êxito da transição. Durante o planejamento da migração, os entrevistados tinham consciência sobre o poder e o alcance de atuação das redes sociais, isso porque ainda não conheciam sua própria limitação como novos agricultores. Na ânsia de sair da cidade, é comum terem imaginado que seriam capazes de plantar, colher e manufaturar os alimentos com pouca ou nenhuma ajuda. Todavia, quando se depararam com a falta de experiência prática com o cotidiano do campo, com o excesso de trabalho, ou até mesmo com o pouco domínio sobre o clima e as condições do solo, os entrevistados perceberam que a lógica individual, trazida de sua vida urbana, não se aplicaria à nova realidade no campo. A cooperação coletiva e a atuação comunitária ressignificam as relações sociais e a perspectiva de alcance do resultado do trabalho agrícola.

A constante comunicação entre as pessoas recém-migradas cria ambientes favoráveis, tanto para soluções conjuntas de questões práticas, quanto para aprendizados e cumplicidade de vivências, gerando novos ciclos sociais no campo. Quando questionados sobre o que sentiriam mais falta após a transição para a vida rural, os entrevistados, que estavam em fase de planejamento ou no início de sua transferência, receavam não conseguir estabelecer relações pessoais de amizade e laços familiares neste novo ambiente, se imaginando fortemente vinculados à cidade.

Entretanto, o amadurecimento do processo de migração mostrou, aos mais experientes, que o círculo cooperativo impulsiona novos convívios e, conseqüentemente, enriquece a vida social e cultural neste novo ambiente rural, a ponto de sentirem cada vez menos falta da cidade, contrariando suas primeiras previsões. De toda forma, este novo modo de viver no campo é possível graças à tecnologia, em particular, pela disponibilidade de internet e expansão da conexão em redes sociais virtuais.

Projeto de sociedade

De todas as questões abordadas nas entrevistas, as relacionadas ao potencial da agroecologia, como movimento social ou ferramenta para enfrentamento do agronegócio, foram as que tiveram respostas menos conclusivas e com pouco consenso. Diante disso, pode-se concluir que, para os migrantes entrevistados, o debate e a reflexão sobre a esfera social ainda não constituem a busca por um projeto de sociedade. Essas contradições vão sendo expostas através de algumas citações selecionadas apresentadas a seguir.

A prática da agroecologia como forma de militância em favor de justiça social no campo – como podem ser citadas a defesa de equiparação de salários aos de áreas urbanas, a redistribuição de terra, a política fundiária, ou a conquista de condições dignas do trabalho rural – não aparece como um motivador na escolha pessoal pela migração. Evidentemente, há empatia, respeito e reconhecimento do valor do trabalho rural, no entanto, pelo menos dentro do grupo de entrevistados, pouco se observou sobre o exercício de liderança política para a transformação da realidade rural precedente à transição.

[...] O que eu diria, hoje, é as duas coisas acontecem: existe uma classe média engajada e que tem sede de justiça social, que tem vontade de transformação do mundo, tem vontade de atuar socialmente, [...] e normalmente, normalmente é, isso precede a transição ou ruralização, quer dizer, a pessoa que já tinha essas características vai encontrar na transição e na ruralização uma maneira efetiva de atuar no mundo,

muito mais do que na academia, muito mais do que hoje nas comunidades eclesiais de base, muito mais do que hoje nos próprios movimentos sociais, então ela já vem com esse impulso e ela irriga o movimento agroecológico, o movimento permacultural¹¹ e o movimento da transição com este desejo de atuação social [...] e tem o culto burguês, que vem olhando pro próprio umbigo, que quer é, é, ter uma vida mais tranquila, que quer ter uma vida mais sossegada e encontra também na ruralização e na transição, maneiras de ser burguês diferente (Professor de jornalismo, 49 anos, migrado).

Mesmo não estando na liderança de pautas dos movimentos sociais do campo, o setor da classe média que opta pela agroecologia tem atuado no meio urbano em favor do consumo consciente. Essa atuação pode parecer pequena diante do poder das multinacionais que dominam o mercado de alimentação e bens de consumo, mas tem papel importante na difusão e intensificação do diálogo socioambiental (SPINELLI, 2020).

[...] É bem elitizado e acho que essa é a maior discordância que eu tenho da permacultura em si, porque ela traz muitas questões políticas interessantes e tal, mas ela não vê a questão da classe e não tem como você viabilizar isto só para uma parte, sabe? Ela é, no caso, que eu fiz, ela foi muito vendida assim pra classe média mesmo, pra a elite, como pras pessoas que têm a condição de fazer a revolução, que isto é muito vendido como revolução e que essa revolução vai liderar o novo mundo para as outras pessoas, só que essas outras pessoas são sempre invisíveis neste processo (Bióloga, 28 anos, em migração).

¹¹ Permacultura é um sistema de design agrícola e social, baseado na observação e reprodução dos ecossistemas existentes. Assim como a agroecologia, é um projeto de sociedade. O conceito foi desenvolvido pelo pesquisador australiano Bill Mollison, em conjunto com o ecologista David Holmgren (HOLMGREN, 2013; MOLLISON, 1988).

Sobre a capacidade da agroecologia de produzir alimentos em escala suficiente para toda a população existe muita divergência de opinião entre os entrevistados. Ao mesmo tempo que reconhecem não haver uma limitação tecnológica para se produzir alimentos localmente, com qualidade e quantidade suficientes, nem todos acreditam ser possível vencer a força política exercida pelo grande capital e descentralizar as grandes propriedades produtoras de *commodities* e monocultura.

Acho que são duas coisas que acontecem paralelamente, hoje em dia, é impossível não ter o agronegócio também, tipo para alimentar realmente as 7 bilhões de pessoas e manter o padrão de consumo que a gente tem hoje, a gente precisa do agronegócio, e assim... precisa também porque é um sistema que foi forjado desse jeito, então não tem como você pensar o sistema de outra forma, mas que tende a ficar cada vez mais local, com alimentação, com as pessoas vendo a importância de se alimentar melhor, enquanto ajudam o meio ambiente, né? A agroecologia vai ganhar força, inexoravelmente [...] está acontecendo no mundo inteiro, mas em uma velocidade que não é a desejável (Estudante universitário, 29 anos, em migração).

Como mencionado por alguns entrevistados, ainda falta clareza no entendimento do papel do Estado e da permissibilidade em relação ao mercado, demonstrando uma perspectiva de atuação individualizada, com dúvidas em relação ao alcance da agroecologia como um modelo de fornecimento de alimentos em escala capaz de fazer frente à hegemonia capitalista. A principal razão é que a Agroecologia requer uso intensivo de mão de obra humana, que não pode ser substituída por uso extensivo de maquinário. Formas alternativas de educação, saúde, construção de moradias e convivência comunitária complementam, em outras dimensões das necessidades humanas, a filosofia de equilíbrio do ser humano com a biosfera, difundida pela agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um projeto de vida agroecológica por indivíduos originários da classe média urbana revela interesses e projetos que se originam em uma crítica ou inadequação a elementos marcantes da vida urbana, como: a divisão do trabalho, o produtivismo e o distanciamento em relação à natureza. Em razão dessa inadequação, nas entrevistas, a indagação sobre quem seria considerado como membro originário da classe média sempre foi percebida de forma muito desconfiada pelos entrevistados. A princípio, os entrevistados buscaram desassociar-se de estereótipos da classe média ligados à ambição capitalista de enriquecimento pessoal, ou ao comportamento subjetivo de almejar um estilo de vida considerado superior ao seu, desvinculando a imagem de subordinação intelectual e política em relação às classes dominantes. Contudo, no transcorrer da entrevista, conforme começaram a contar suas histórias e a descrever seu ciclo social, acabaram por se reconhecer como oriundos da classe média, bem como essa origem facilitou-lhes o acesso a estímulos essenciais para indagar o modelo hegemônico e promover uma mudança em seu curso de vida ao optar pela migração para o campo e o projeto de vida embasado em práticas agroecológicas

Ainda assim, nota-se que a migração para o campo e a construção do projeto de vida agroecológica por esses indivíduos traz discursos, projeções e idealizações sobre a ruralidade típicas de grupos citadinos. Essa influência, que muitas vezes se expressa em visões até mesmo idílicas do meio rural, se materializa na forma como a vivência real no campo ajusta os planos e expectativas. Em que pese a permanência de elementos constitutivos da classe média urbana, essa migração para o campo faz surgir uma diversidade cultural capaz de transformar parte da cultura de um setor da classe média. Ainda que não seja possível mensurar estatisticamente a grandeza desse movimento, é interessante notar que ele ocorre em razão de reações originadas na crise ambiental pela qual passa o planeta e a sociedade capitalista, mudando a identidade de classe de uma parte – ainda que minoritária – de seus membros e tornando-a mais complexa.

Embora seja um movimento de contestação e, em certa medida, de rompimento com um modo de vida e com uma identidade de classe historicamente construídos e legitimados pela lógica capitalista, nessa trajetória, fica evidenciado que membros da classe média podem aproveitar o capital imaterial que adquiriram ao longo da vida. Esse capital, base da constituição de sua identidade enquanto classe, foi recebido através dos estímulos e do conforto proporcionados por suas gerações anteriores, bem como de benesses materiais e privilégios financeiros.

Vale destacar que, mesmo que essa mudança de identidade seja motivada por uma crítica à degradação ambiental e por uma adesão a práticas ambientalmente responsáveis, a partir das entrevistas, é notório que parte desses indivíduos não cogita utilizar suas capacidades adquiridas a partir de seus privilégios de classe para construir um Estado mais inclusivo, solidário e democrático, ficando restritos à lógica segundo a qual pensam poder viver à parte da economia de mercado, sem a concepção de um projeto mais amplo de sociedade.

As entrevistas mostraram que poucos vêm questionando a concentração de terra e as políticas fundiária e agrícola de forma mais consistente. Esse questionamento historicamente se deu por parte dos movimentos sociais camponeses, e desses atores ainda emanam as principais reivindicações e ações em relação a essas pautas. Em linhas gerais, ainda não existem evidências de ameaça ao agronegócio originadas a partir do movimento migratório aqui estudado, muito menos de que a classe média esteja nas fileiras de liderança desta luta, o que pode estar relacionado à sua posição de classe contraditória, que a faz oscilar entre o desejo de construir um novo paradigma sócio produtivo e certo conformismo ao gozar das benesses que sua origem lhe permitiu ter.

O projeto de vida agroecológica praticado pela classe média parece trilhar apenas uma parte do caminho que está sendo traçado pelo movimento agroecológico¹². Essa distinção se dá no sentido de que a perspectiva individual não parece ter a ambição de uma mudança social e

¹² Segundo Dornelas (2016), o movimento agroecológico defende mudanças que vão além do processo produtivo e do cooperativismo. Trata-se de pautas como a democratização do acesso à terra, da transformação dos mecanismos decisórios do Estado e das relações de trabalho.

civilizatória da magnitude idealizada pela agroecologia. A discussão sobre a propriedade dos bens de produção não é uma questão fundamental trazida pelo grupo entrevistado, uma vez que sua essência está muito mais relacionada à contenção ou adequação de seu estilo de vida a um consumo guiado pela racionalidade ecológica do que à articulação política para redefinição social da estrutura produtiva. Isso não significa que esses movimentos são necessariamente contra ou a favor da democratização dos bens de produção, embora evidencie que sua prática vem ocorrendo independente, em certa medida, à margem dessa discussão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. 1ª ed. São Paulo: Editora Abril, 2012.
- ALMADA, Pablo. Classe Média, classe trabalhadora e precariado: elementos para uma compreensão teórica das classes sociais. *Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*. Blucher Social Science Proceedings, n.4, v. 2, p. 1158-1167. São Paulo: Blucher, 2016.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- BAUER, Márcio André; MESQUITA, Zilá. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, FGV EAESP, São Paulo, p. 23-34, jul./set. 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERNAL, Alex B.; MARTINS, Adriana M. C. (Org.). *Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: sustentabilidade e agroecologia. Conceitos e fundamentos*. 1ª ed. v. 5. Brasília: MMA, 2015.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2013.
- CANUTO, João Carlos. *Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões*. Brasília: Embrapa, 2017.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- CARNEIRO, Maria José (Org.) *Ruralidades Contemporâneas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012.
- CENCI, Alexander; VICTORIA, Ceres Gomes. De volta ao que nunca foi: análise de trajetória de vida de agricultores “neo-rurais” participantes da rede agroecológica metropolitana – Rama. In: *XIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, Porto Alegre, s/ p., 2019.
- DORNELAS, Rafaela. Movimento agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia. *Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais*. Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- FONTOURA, Yuna.; NAVES, Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. *Revista O&S*, Salvador, v. 23, n. 77, p. 329-347, abr./jun. 2016.
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: O Novo Estilo dos Velhos Modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 59-67, 1990.
- GIULIANI, Gian Mario. A questão ecológica, a indústria e o capitalismo. *Raízes*, Campina Grande, ano. XVIII, n. 19, p. 9-15, mai. 1999.
- GIULIANI, Gian Mario. Ecologia e nostalgia do futuro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 19, p. 270-313, 2011.
- HAWKEN, Pauk; LOVINS, Amory; LOVINS, Hunter. *Capitalismo Natural Criando a Próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 2002.

- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLMGREN, Davis. *Permacultura: Princípios e caminhos além da sustentabilidade*. 1ª ed. Tradução Luiza Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.
- LONDRES, Flavia; MARTINS, Gustavo; PETERSEN, Paulo (org.). *Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2017.
- LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH* [on-line], n. 67, v. 26, p. 79-86, abr. 2013.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MILLS, Charles Wright. *A nova classe média (White Collar)*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MOLLISON, Bill. *Permaculture: a desinger's manual*. 2. ed. Australia: Tagari Publications, 1988.
- NERI, Marcelo. Meio século de vida brasileira. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, FGV, n. 10, v. 58, p. 72-74, 2004.

- NERI, Marcelo. Dinheiro traz a felicidade? *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, FGV, n. 2, v. 62, p. 13-14, 2008.
- NERI, Marcelo. A nova classe média. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, FGV, n.9, v. 62, s/ p., 2008.
- NERY, Djalma. *Uma alternativa para a sociedade – Caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- SILVA NETO, Benedito. Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard. *Ambiente & Sociedade* [on-line], v. 22, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0290r2vu19l4ao>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- SPINELLI, Anália Meira. *Projeto de vida agroecológica: uma opção da classe média*. Dissertação de mestrado. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, p. 131, 2020.
- TRIP TRANSFORMADORES. *Enest Göstch | Uma vida pela regeneração da floresta*. Trip, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SKI3_Xigiy. Acesso em: 23 fev. 2021.
- VIANA, Nildo. *A teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. 1ª ed. Florianópolis: Bookess, 2012.
- WEBER, Max. Classe, status, partido. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio (org). *Estrutura de classes e estratificação social*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 57- 99.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17. Brasília, p. 121-163, maio/ agosto de 2015.

Texto recebido em 28/02/2021 e aprovado em 19/07/2021.